



AGENDA LEGISLATIVA

13 A 17 DE JULHO DE 2026

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados

Terça-feira (14/07), 13h55

PL 1828/2023 - Autoriza a instalação, em todo o território nacional, de câmeras de reconhecimento facial nas estações ferroviárias e rodoviárias, no interior dos vagões das composições, em vias públicas e repartições públicas; e dá outras providências. Item nº 13

Autor: Rodrigo Gambale (PODE-SP)

Relator: Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 2714/2023, 582/2024 e do substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), nos termos do substitutivo oferecido pela Comissão de Viação e Transportes (CVT).

Terça-feira (14/07)

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / Anexo II, Plenário 06, 14h00

REQ 308/2026 - Requer a apresentação de Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 896, de 2023. Item nº 9

Autor: Capitão Alden (PL/BA)

PL 4614/2025 - Altera as Leis nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, nº 9.613, de 3 de março de 1998, e nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para aprimorar a tipificação, as penas e as medidas contra organizações criminosas digitais. Item nº 19

Autor: Domingos Neto (PSD/CE)

Relator: Capitão Alberto Neto (PL/AM)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 1515/2026 - Dispõe sobre medidas de prevenção, detecção e repressão de esquemas financeiros sistêmicos e de organizações privadas de intimidação; eleva requisitos de transparência, capitalização e registro para emissões massivas de títulos de captação; autoriza suspensão cautelar de atividades e bloqueio imediato de ativos mediante indícios graves de fraude sistêmica, lavagem de dinheiro ou cooptação de agentes públicos, com controle jurisdicional célere; tipifica e agrava condutas relacionadas à formação e atuação de milícias privadas de intimidação (digitais e analógicas) destinadas a obstruir investigação ou coagir autoridades, jornalistas ou servidores reguladores; fortalece mecanismos de cooperação entre Banco Central, CVM, Polícia Federal e Ministério Público, aperfeiçoa acesso a registros eletrônicos e perícia forense e institui medidas de proteção a servidores e investigadores; e dá outras providências. Item nº 25

Autor: Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

Relator: Capitão Alden (PL/BA)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 6058/2025 - Institui o Banco Nacional de Dados Multibiométricos e de Impressões Digitais, estabelece a obrigatoriedade de consulta interestadual aos bancos de dados dos Institutos de Identificação antes do sepultamento de pessoas não identificadas pelos Institutos Médicos Legais, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos),

e cria mecanismos desburocratizados para o registro tardio de óbito e a retificação de assentos. Denomina-se a presente norma como “Lei Carlos Pereira de Araújo Júnior”. Item nº 35

Autor: Zé Silva (UNIÃO/MG)

Relator: Eriberto Medeiros (PSB/PE)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 15h00

REQ 15/2026 -Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços para debater sobre “os riscos de evasão de investimentos decorrentes da regulamentação da concorrência nos mercados digitais.” Item nº 1

Convidados:

- Representante do Instituto Livre Mercado (ILM);
- Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC);
- Representante da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON/MJSP); e
- Representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (ProTeste).

Autor: Any Ortiz (CIDADANIA/RS)

PL 484/2026 -Dispõe sobre a regulação das relações comerciais entre plataformas de comércio eletrônico e vendedores parceiros, bem como estabelece normas de transparência, prevê prazos de carência para alterações contratuais e veda práticas abusivas no mercado digital. Item nº 10

Autor: Paulinho da Força (SD/SP)

Relator: Professor Alcides (PSDB/GO)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Quarta-feira (15/07)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 10h00

PL 2610/2022 -Cria o Programa Analfabetismo Zero em todo o país e dá outras providências. Item nº 4

Explicação: determina a criação de um programa de erradicação do analfabetismo no país a ser implementado pelo Ministério da Educação, que, entre outros, prevê aulas de informática básica

Autor: Alexandre Frota (PROS/SP)

Relator: Duda Salabert (PSOL/MG)

Parecer: Pela aprovação do PL 2610/22, do PL 2411/24, e do PL 3514/25, apensados, com substitutivo.

PL 5686/2023 -Dispõe sobre mecanismos comunicacionais para prevenção e combate à violência em âmbito escolar. Item nº 13

Explicação: Altera o Marco Civil da Internet prevê o monitoramento ativo e preventivo de conteúdos impulsionados ou publicitários que possam caracterizar violência em âmbito escolar ou façam apologia e incitação a esses atos ou a seus perpetradores; bem como a remoção imediata de conteúdos ilícitos ou potencialmente nocivos que caracterizem ou estimulem a violência ou incidentes com múltiplas vítimas (IMVs) em âmbito escolar, após notificação.

Autor: Jorge Goetten (REPUBLICANOS/SC)

Relator: Rafael Brito (MDB/AL)

Parecer: Pela aprovação.

CDU - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO / Anexo II, Plenário 16, 10h00

Reunião Deliberativa - Tema: Votação de indicações de beneficiários para emendas da comissão à LOA:

PL 2492/2022 -Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a disponibilização de aplicativos gratuitos para os usuários do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana. Item nº 4

Autor: Joceval Rodrigues (CIDADANIA/BA)

Relator: Duda Ramos (MDB/RR)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 5163/2025, apensado, com substitutivo.

PL 6299/2025 -Institui o Programa Cidades Florestais Inteligentes na Amazônia Legal e dá outras providências. Item nº 9

Autor: Amom Mandel (REPUBLICANOS/AM)

Relator: Duda Ramos (MDB/RR)

Parecer: Pela aprovação.

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 14h00

Reunião Deliberativa - **Tema:** Deliberação das Indicações de Beneficiários às programações da LOA 2026 - Emendas da Comissão RP-8

Quinta-feira (16/07)

EVENTOS – EVENTOS / Anexo II, Plenário 03, 18h30

Reunião Técnica - **Tema:** Capacitação de jornalistas e influenciadores para combate à violência política digital contra mulheres

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Terça-feira (14/07), 14h00

PLP 124/2022 -Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a fim de estabelecer normas gerais sobre solução de controvérsias, consensualidade e processo administrativo em matéria tributária e aduaneira; e altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Item nº 2

Autor: Rodrigo Pacheco (PSB/MG)

Relator: Efraim Filho (PL/PB)

Parecer: Pelo acolhimento parcial das alterações introduzidas pela Casa revisora, na forma do Substitutivo.

Segunda-feira (13/07)

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 14h00

Audiência Pública - **Tema:** Valorizar os Conselhos Tutelares, à luz do Projeto de Lei nº 5.285/2016 e a necessidade de dotar estruturas administrativas, e os desafios de implementação do ECA Digital (Lei nº 15.211/2025) e a implementação de políticas de parentalidade positiva no enfrentamento do abandono afetivo.

Convidados:

- Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (CONANDA/MDHC);
- Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (SNDCA/MDHC);
- Representante do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC);
- Luiza de Marillac, procuradora do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT);
- Eduardo Chaves, coordenador do Comitê Gestor Intersetorial de Políticas Públicas para Primeira Infância do Distrito Federal;
- Rejane Jungbluth Suxberger, juíza de Direito, titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF;
- Raísa Ferreira da Silva Lopes, conselheira Tutelar em Taguatinga-DF;
- Lucas Silva Sena, conselheiro Tutelar em Santa Maria-DF;
- Ana Lucia de Mattos Barretto Villela, presidente do Instituto Alana; e
- Gustavo Henrique Camargos, presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal (ACTDF).

Terça-feira (14/07)

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 14h30

Audiência Pública - **Tema:** Instruir o [PL 6461/2019](#), que “institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023”.

Convidados:

- Avelino Lombardi, presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (FEBRAC);
- Amabile Pacios, diretora regional Centro Oeste da Central Brasileira do Setor de Serviços (CEBRASSE) e da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep);
- Jacymar Daffini Dalcamini, diretor jurídico da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (FENAVIST);
- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Ermínio de Lima Neto, vice-presidente institucional do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra e de Trabalho Temporário do Estado de São Paulo (SINDIPRESTEM);
- Antonio Roberto Silva Pasin, superintendente da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (FEBRAEDA);
- Humberto Casagrande Neto, CEO do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE);
- Luisa Carvalho Rodrigues, procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT);
- Brunno Batista Contarato, assessor de Relações Trabalhistas da Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais da Confederação Nacional do Transporte (CNT);
- Ramon de Faria Santos, auditor-fiscal do Trabalho e Coordenador da Aprendizagem no Estado do Rio de Janeiro, Representante de Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT);
- Ibiapaba Netto, diretor-executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR); e
- Sylvio Alves de Barros Filho, representante do Instituto Roberto Simonsen da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (IRS/FIESP).

Quarta-feira (15/07)

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 14h30

Audiência Pública - Tema: Debater o trabalho por aplicativos no Brasil: diretrizes para regulação e segurança de trabalhadores e usuários no transporte e nas plataformas digitais.

Convidados:

- Representante da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (AMBIOTEC);
- Luciana Mendonça, coordenadora do Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos (MTSD);
- Ilan Fonseca de Souza, procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT);
- Nivea Maria Santos Souto Maior, doutora em Direito do Trabalho pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- Solange Menacho de Moraes, presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativo de Mato Grosso (Sindmapp-MT);
- César Augusto de Camargo Roveri, coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e responsável pela implementação do Programa Vigia Mais Motorista;
- Representante da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF);
- Representante da Secretaria de Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB/DF);
- Deputado Distrital Max Maciel (PSOL);
- Alessandro Sorriso, presidente da Associação dos Motofretista Autônomos e Entregadores do Distrito Federal (AMAE-DF);
- Jair Gomes de Almeida, presidente da Aliança Nacional dos Motoristas (ANM);
- Representante da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR);
- Antônio Fernandes dos Santos Neto, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB);
- Wilson Santos, deputado estadual de Mato Grosso pelo PSD;
- Vinícius Pinheiro, diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil;
- Leticia Pineschi Kitagawa, diretora-geral da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros;
- Rodrigo Marinho, diretor-executivo do Instituto Livre Mercado;
- Adriano Paranaíba, professor da Universidade de Brasília (UnB) e autor do livro "Transportar é preciso";
- Estéfane Sampaio, ativista política, jurista e presidente do Republicanos Menina;
- Devanir Silva, diretor-presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp); e
- Rodrigo Fernandes Afonso, diretor-executivo da Ação da Cidadania.